

Diplomas legais em destaque

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2026, de 23 de março](#)

Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte.

[Portaria n.º 155/2026/1, de 9 de abril](#)

Define as externalidades locais negativas que podem ser objeto de compensação aos municípios pelo mecanismo previsto no Decreto-Lei n.º 18/2024, de 2 de fevereiro, e estabelece as condições da sua operacionalização.

[Despacho n.º 4745-B/2026, de 10 de abril](#)

Estabelece as regras para o planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes, definindo competências, procedimentos e critérios para a organização da oferta formativa, regula a articulação entre o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e as entidades intermunicipais. Revoga o Despacho n.º 3886-A/2025, de 27 de março.

[Decreto-Lei n.º 84/2026, de 13 de abril](#)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 2/2026, de 6 de janeiro, aprova um regime jurídico que regula determinados aspetos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e transpõe para a ordem jurídica interna várias diretivas.

[Decreto-Lei n.º 85/2026, de 13 de abril](#)

Cria a Rede de Simplificação e Tecnologias do Estado.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2026, de 13 de abril](#)

Aprova o Plano Nacional de Centros de Dados e o respetivo Plano de Ação.

[Decreto-Lei n.º 86/2026, de 15 de abril](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.

[Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril](#)

Altera o regime jurídico do sistema de informação cadastral simplificado e do Balcão Único do Prédio.

[Lei n.º 12-A/2026, de 15 de abril](#)

Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento dos Serviços Digitais, altera o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, e a Lei da Organização do Sistema Judiciário e revoga o Decreto-Lei n.º 20-B/2024, de 16 de fevereiro.

[Despacho n.º 5140/2026, de 20 de abril](#)

Define a tramitação dos pedidos de emissão do despacho referente à alienação, permuta, oneração, cedência de utilização do património imobiliário do Estado e de qualquer entidade da administração direta ou indireta do Estado ou do setor público empresarial, previsto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho, na sua redação atual.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 75-A/2026, de 28 de abril](#)

Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2026-2027.

Retificada pela [Declaração de Retificação n.º 14-A/2026/1, de 29 de abril](#)

[Portaria n.º 204-A/2026/1, de 30 de abril](#)

Procede, para o ano de 2026, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação como praia de banhos, onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores.

[Despacho n.º 5705/2026, de 4 de maio](#)

Aplicação das normas e especificações técnicas à homologação de cartografia.